

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	16
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	17
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	56
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	58
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

63

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	137.990
Preferenciais	255.107
Total	393.097
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	7.553.824	11.297.846	10.106.102
1.01	Ativo Circulante	292.446	413.166	552.873
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	292.446	60.442	199.535
1.01.03	Contas a Receber	0	352.724	353.338
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	352.724	353.338
1.01.03.02.01	Juros sobre o Capital Próprio a Receber	0	0	353.338
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	352.724	0
1.02	Ativo Não Circulante	7.261.378	10.884.680	9.553.229
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	209.689	189.918	206.740
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	209.689	189.918	206.740
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	0	7.717	7.805
1.02.01.10.04	Tributos a Compensar ou a Recuperar	209.689	182.201	198.935
1.02.02	Investimentos	7.050.664	10.693.863	9.345.417
1.02.03	Imobilizado	56	80	105
1.02.04	Intangível	969	819	967
1.02.04.01	Intangíveis	969	819	967

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	7.553.824	11.297.846	10.106.102
2.01	Passivo Circulante	50.042	35.192	314.389
2.01.03	Obrigações Fiscais	973	279	38.589
2.01.05	Outras Obrigações	49.069	34.913	275.800
2.01.05.02	Outros	49.069	34.913	275.800
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.326	5.852	246.886
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	31.641	28.990	28.848
2.01.05.02.05	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	102	71	66
2.02	Passivo Não Circulante	972	7.843	230.858
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	223.017
2.02.01.02	Debêntures	0	0	223.017
2.02.02	Outras Obrigações	972	821	940
2.02.02.02	Outros	972	821	940
2.02.02.02.03	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	972	821	940
2.02.04	Provisões	0	7.022	6.901
2.03	Patrimônio Líquido	7.502.810	11.254.811	9.560.855
2.03.01	Capital Social Realizado	500.125	4.100.000	4.100.000
2.03.04	Reservas de Lucros	5.257.761	2.898.625	2.106.573
2.03.04.01	Reserva Legal	403.962	300.963	227.610
2.03.04.02	Reserva Estatutária	4.853.799	2.597.662	1.878.963
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.744.924	4.256.186	3.354.282

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	8.017.432	1.461.081	-415.522
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.251	-18.019	-17.119
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-35.974	-27.749	-39.709
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-25.943	-27.749	-39.671
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-10.031	0	-38
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.080.657	1.506.849	-358.694
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.017.432	1.461.081	-415.522
3.06	Resultado Financeiro	61.829	5.971	12.443
3.06.01	Receitas Financeiras	62.744	12.340	26.077
3.06.02	Despesas Financeiras	-915	-6.369	-13.634
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.079.261	1.467.052	-403.079
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-128
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.079.261	1.467.052	-403.207
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.079.261	1.467.052	-403.207
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	19,30034	3,95837	-1,08792
3.99.01.02	PN	21,23037	4,35421	-1,19672
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	19,30034	3,95837	-1,08792
3.99.02.02	PN	21,23037	4,35421	-1,19672

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	8.079.261	1.467.052	-403.207
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.511.262	901.904	273.518
4.02.02	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	-2.511.262	901.904	273.518
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.567.999	2.368.956	-129.689

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.252.308	978.075	121.125
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.402	-38.363	-40.823
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.079.261	1.467.052	-403.079
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.080.657	-1.506.849	358.694
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias, Líquidas	-4.989	1.468	2.956
6.01.01.08	Outros	-17	-34	606
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.258.710	1.016.438	161.948
6.01.02.01	(Aumento) em Outros Ativos	13.531	65.162	180.969
6.01.02.02	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	1.071	-38.749	-18.697
6.01.02.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	4.268.473	1.016.954	0
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-24.365	-26.929	-324
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	-117
6.02.04	Aquisição de Imobilizado	0	0	-117
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.020.304	-1.117.168	-379.700
6.03.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-4.020.304	-887.855	-379.700
6.03.03	Liquidação de Debêntures	0	-229.313	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	232.004	-139.093	-258.692
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	60.442	199.535	458.227
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	292.446	60.442	199.535

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-3.599.875	0	-2.898.625	-2.821.500	0	-9.320.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.660.125	0	-1.660.125	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.238.500	-2.576.500	0	-3.815.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000
5.04.08	Redução de Capital	-5.260.000	0	0	0	0	-5.260.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.079.261	-2.511.262	5.567.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.079.261	0	8.079.261
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0
5.07	Saldos Finais	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-675.000	0	-675.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-385.000	0	-385.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-290.000	0	-290.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.467.052	901.904	2.368.956
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.467.052	0	1.467.052
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	901.904	901.904
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	901.904	901.904
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	792.052	-792.052	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	792.052	-792.052	0	0
5.07	SalDOS Finais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.779.080	0	3.080.764	9.959.844
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.779.080	0	3.080.764	9.959.844
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-269.300	0	0	-269.300
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-269.300	0	0	-269.300
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-403.207	273.518	-129.689
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-403.207	0	-403.207
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	273.518	273.518
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	273.518	273.518
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-403.207	403.207	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízo Acumulado	0	0	-403.207	403.207	0	0
5.07	Saldos Finais	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.127	-6.282	-3.726
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.740	-5.284	-2.605
7.02.04	Outros	-1.387	-998	-1.121
7.03	Valor Adicionado Bruto	-12.127	-6.282	-3.726
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-12.127	-6.282	-3.726
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.143.401	1.519.189	-332.617
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.080.657	1.506.849	-358.694
7.06.02	Receitas Financeiras	62.744	12.340	26.077
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.131.274	1.512.907	-336.343
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.131.274	1.512.907	-336.343
7.08.01	Pessoal	13.325	10.484	11.843
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.742	29.002	41.387
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.946	6.369	13.634
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.079.261	1.467.052	-403.207
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	245.000	290.000	269.300
7.08.04.02	Dividendos	2.576.500	385.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.257.761	792.052	-672.507

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	7.553.824	11.297.846	10.106.102
1.01	Ativo Circulante	294.709	415.287	554.523
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	294.709	62.563	201.185
1.01.03	Contas a Receber	0	352.724	353.338
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	352.724	353.338
1.01.03.02.01	Juros sobre o Capital Próprio a Receber	0	0	353.338
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	352.724	0
1.02	Ativo Não Circulante	7.259.115	10.882.559	9.551.579
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	209.689	189.918	206.740
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	209.689	189.918	206.740
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	0	7.717	7.805
1.02.01.10.04	Tributos a Compensar ou a Recuperar	209.689	182.201	198.935
1.02.02	Investimentos	7.048.401	10.691.742	9.343.767
1.02.03	Imobilizado	56	80	105
1.02.04	Intangível	969	819	967

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	7.553.824	11.297.846	10.106.102
2.01	Passivo Circulante	50.042	35.192	314.389
2.01.03	Obrigações Fiscais	973	279	38.589
2.01.05	Outras Obrigações	49.069	34.913	275.800
2.01.05.02	Outros	49.069	34.913	275.800
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.326	5.852	246.886
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	31.641	28.990	28.848
2.01.05.02.05	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	102	71	66
2.02	Passivo Não Circulante	972	7.843	230.858
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	223.017
2.02.01.02	Debêntures	0	0	223.017
2.02.02	Outras Obrigações	972	821	940
2.02.02.02	Outros	972	821	940
2.02.02.02.03	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	972	821	940
2.02.04	Provisões	0	7.022	6.901
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.502.810	11.254.811	9.560.855
2.03.01	Capital Social Realizado	500.125	4.100.000	4.100.000
2.03.04	Reservas de Lucros	5.257.761	2.898.625	2.106.573
2.03.04.01	Reserva Legal	403.962	300.963	227.610
2.03.04.02	Reserva Estatutária	4.853.799	2.597.662	1.878.963
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.744.924	4.256.186	3.354.282

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	8.017.274	1.460.597	-415.618
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.267	-18.033	-17.149
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-35.974	-27.749	-39.709
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-25.943	-27.749	-39.671
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-10.031	0	-38
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.080.515	1.506.379	-358.760
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.017.274	1.460.597	-415.618
3.06	Resultado Financeiro	61.987	6.455	12.539
3.06.01	Receitas Financeiras	62.902	12.824	26.173
3.06.02	Despesas Financeiras	-915	-6.369	-13.634
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.079.261	1.467.052	-403.079
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-128
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.079.261	1.467.052	-403.207
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	8.079.261	1.467.052	-403.207
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.079.261	1.467.052	-403.207
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	19,30034	3,95837	-1,08792
3.99.01.02	PN	21,23037	4,35421	-1,19672
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	19,30034	3,95837	-1,08792
3.99.02.02	PN	21,23037	4,35421	-1,19672

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	8.079.261	1.467.052	-403.207
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.511.262	901.904	273.518
4.02.02	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	-2.511.262	901.904	273.518
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	5.567.999	2.368.956	-129.689
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.567.999	2.368.956	-129.689

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.252.450	978.546	121.191
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.260	-37.892	-40.757
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.079.261	1.467.052	-403.079
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.080.515	-1.506.379	358.760
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias, Líquidas	-4.989	1.469	2.956
6.01.01.08	Outros	-17	-34	606
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.258.710	1.016.438	161.948
6.01.02.01	(Aumento) em Outros Ativos	13.531	65.162	180.969
6.01.02.02	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	1.071	-38.749	-18.697
6.01.02.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	4.268.473	1.016.954	0
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-24.365	-26.929	-324
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	-117
6.02.04	Aquisição de Imobilizado	0	0	-117
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.020.304	-1.117.168	-379.700
6.03.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-4.020.304	-887.855	-379.700
6.03.03	Liquidação de Debêntures	0	-229.313	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	232.146	-138.622	-258.626
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62.563	201.185	459.811
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	294.709	62.563	201.185

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811	0	11.254.811
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811	0	11.254.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-3.599.875	0	-2.898.625	-2.821.500	0	-9.320.000	0	-9.320.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.660.125	0	-1.660.125	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.238.500	-2.576.500	0	-3.815.000	0	-3.815.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000	0	-245.000
5.04.08	Redução de Capital	-5.260.000	0	0	0	0	-5.260.000	0	-5.260.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.079.261	-2.511.262	5.567.999	0	5.567.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.079.261	0	8.079.261	0	8.079.261
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262	0	-2.511.262
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262	0	-2.511.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810	0	7.502.810

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855	0	9.560.855
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855	0	9.560.855
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-675.000	0	-675.000	0	-675.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-385.000	0	-385.000	0	-385.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-290.000	0	-290.000	0	-290.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.467.052	901.904	2.368.956	0	2.368.956
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.467.052	0	1.467.052	0	1.467.052
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	901.904	901.904	0	901.904
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	901.904	901.904	0	901.904
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	792.052	-792.052	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	792.052	-792.052	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811	0	11.254.811

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.779.080	0	3.080.764	9.959.844	0	9.959.844
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.779.080	0	3.080.764	9.959.844	0	9.959.844
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-269.300	0	0	-269.300	0	-269.300
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-269.300	0	0	-269.300	0	-269.300
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-403.207	273.518	-129.689	0	-129.689
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-403.207	0	-403.207	0	-403.207
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	273.518	273.518	0	273.518
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	273.518	273.518	0	273.518
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-403.207	403.207	0	0	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízo Acumulado	0	0	-403.207	403.207	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855	0	9.560.855

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.143	-6.296	-3.756
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.756	-5.284	-2.635
7.02.04	Outros	-1.387	-1.012	-1.121
7.03	Valor Adicionado Bruto	-12.143	-6.296	-3.756
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-12.143	-6.296	-3.756
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.143.417	1.519.203	-332.587
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.080.515	1.506.379	-358.760
7.06.02	Receitas Financeiras	62.902	12.824	26.173
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.131.274	1.512.907	-336.343
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.131.274	1.512.907	-336.343
7.08.01	Pessoal	13.325	10.484	11.843
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.742	29.002	41.387
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.946	6.369	13.634
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.079.261	1.467.052	-403.207
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	245.000	290.000	269.300
7.08.04.02	Dividendos	2.576.500	385.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.257.761	792.052	-672.507

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
Mensagem aos Acionistas**Senhoras e senhores acionistas,**

A economia brasileira tem apresentado sinais de recuperação, com expansão nos três principais setores de atividade econômica (serviços, indústria e agropecuária). O PIB apresentou crescimento, o que possibilitou a economia compensar a queda em 2020.

Nesse contexto, em 2021, a BRADESPAR apresentou desempenho recorde, alcançando o maior lucro líquido da sua história, R\$ 8,1 bilhões, reflexo do excelente resultado da empresa investida — a VALE. Com isso, no ano, a Companhia destinou aos seus acionistas dividendos e juros sobre capital próprio robustos no valor de R\$ 4,1 bilhões, sendo esse o maior volume anual já pago.

Cumpramos destacar que, em setembro de 2021, o Conselho de Administração da BRADESPAR aprovou o aumento do capital social de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 5,8 bilhões, mediante a bonificação em ações no total de 45.062.565 — sendo 15.818.449 ordinárias e 29.244.116 preferenciais — que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1,295 de nova ação para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de emissão da BRADESPAR. A operação teve o propósito de aumentar a liquidez das ações de emissão da BRADESPAR no mercado, bem como ajustar a cotação para tê-las com preço por ação mais atrativo e acessível a um maior número de investidores.

Ressalte-se ainda que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em outubro, os acionistas da BRADESPAR aprovaram a operação de redução do capital social, um marco na história da Companhia. A redução de capital no valor de R\$ 5,3 bilhões, sem o cancelamento de ações, possibilitou a entrega aos acionistas de ações ordinárias de emissão da VALE, na proporção de 0,332373453 ação de emissão da VALE para cada ação de emissão da BRADESPAR, reforçando o compromisso com a geração de valor aos acionistas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Refletindo o bom desempenho da Companhia em 2021, as ações preferenciais da BRADESPAR (BRAP4) alcançaram valorização de 16% no ano, tendo inclusive, atingido patamar superior ao da sua empresa investida, a VALE.

Apesar das incertezas, 2021 foi um ano de grandes realizações para a BRADESPAR e, por isso, reforçamos os nossos agradecimentos aos acionistas pela confiança em nós depositada até aqui.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS**

Os investimentos da BRADESPAR, atualmente, se concentram na VALE, empresa na qual a BRADESPAR tem representante no Conselho de Administração, além de representantes nos diversos Comitês de Assessoramento àquele Órgão.

Ao final de 2021, o valor de mercado dos ativos da BRADESPAR correspondia a R\$ 12,7 bilhões.

%V/T = % Capital Votante/Total

BRADESPAR

3,34% V/T



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA SOCIEDADE**

Abaixo, apresentamos a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração de Resultado						(R\$ mil)
	4T21	4T20	Var %	2021	2020	Var %
Equivalência Patrimonial	2.921.095	268.343	988,6%	8.080.515	1.506.379	436,4%
Resultado Operacional	2.921.095	268.343	988,6%	8.080.515	1.506.379	436,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.980)	(3.731)	-46,9%	(12.219)	(6.372)	91,8%
Despesas de Pessoal	(4.433)	(2.990)	48,3%	(15.048)	(11.661)	29,0%
Receitas / Despesas Financeiras	48.459	2.234	2069,2%	61.987	6.455	860,3%
Despesas Tributárias	(2.252)	(157)	1334,4%	(25.943)	(27.749)	-6,5%
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(10.031)	-	-
Resultado Operacional antes do IR/CS	2.960.889	263.699	1022,8%	8.079.261	1.467.052	450,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	62.179	-	-	-	-
Resultado do Período	2.960.889	325.878	808,6%	8.079.261	1.467.052	450,7%

RECEITA OPERACIONAL

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2021, registrou receita operacional recorde de R\$ 8,1 bilhões, com crescimento de R\$ 6,6 bilhões em relação ao acumulado dos 12 meses do ano anterior.

Ressalte-se o robusto desempenho da VALE no ano que se encerrou, com destaque para a expressiva geração de caixa, impulsionada por melhorias nos preços dos produtos comercializados, rigorosa disciplina na alocação de capital e melhores resultados obtidos nos segmentos de minerais ferrosos e cobre.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da BRADESPAR, no exercício que se encerrou, atingiu o valor positivo de R\$ 62,0 milhões, decorrente, principalmente, de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete a continuidade da posição líquida de caixa da Companhia, na medida que liquidou todo o endividamento financeiro em exercícios anteriores.

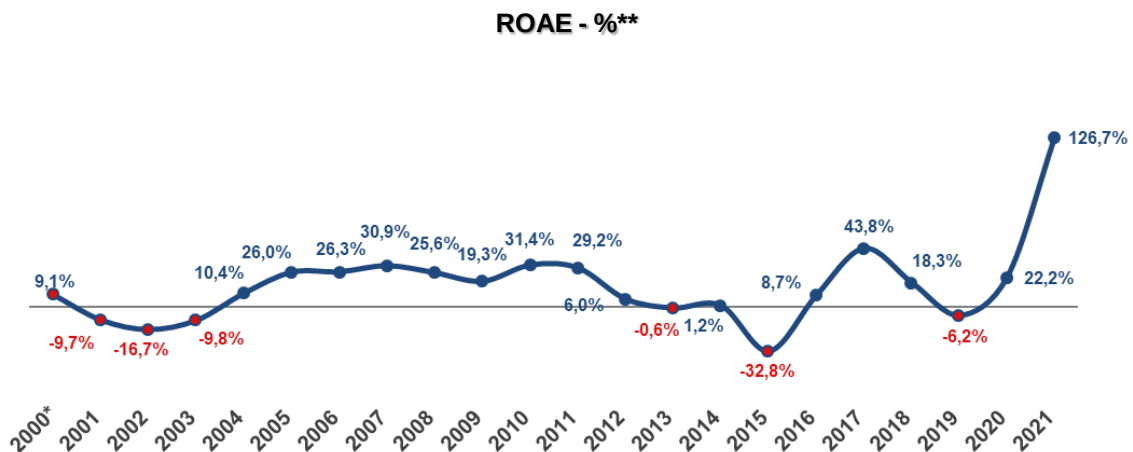
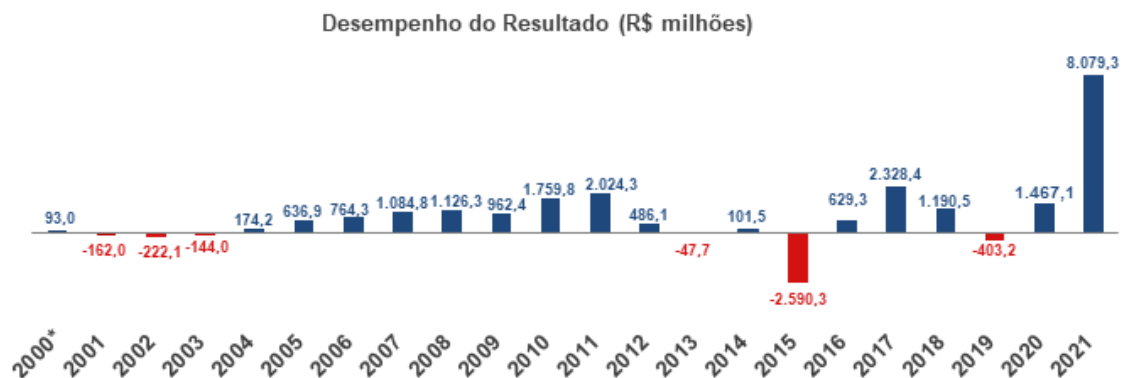
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESPESAS DE PESSOAL, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram, em 2021, R\$ 27,3 milhões.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2021, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 8,1 bilhões, 450,7% superior ao mesmo período do ano anterior. O robusto desempenho, conforme demonstrado no gráfico abaixo, é o melhor resultado da história da Companhia, reflexo do excelente resultado apresentado pela VALE. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 126,7%.



* Corresponde a 10 meses de atividades.

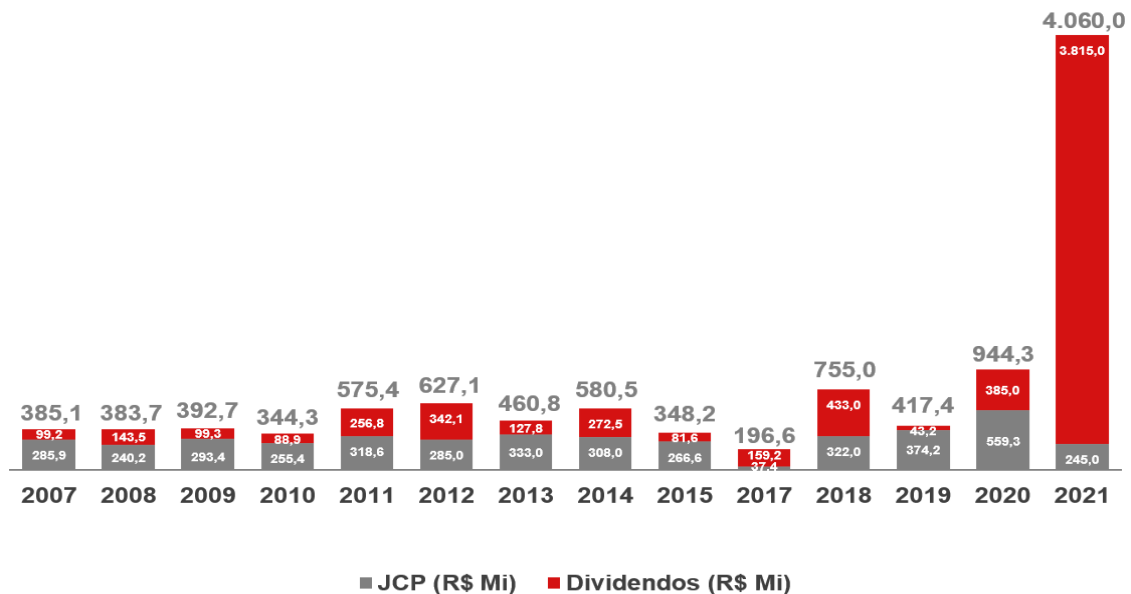
** ROAE = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Médio - Não considera o efeito do ajuste de avaliação patrimonial registrado no Patrimônio Líquido.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Em consonância com a sua Política Indicativa de Remuneração Anual ao Acionista, a BRADESPAR anunciou, em 29 de outubro de 2021, pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.300.000.000,00, sendo R\$ 5,494409924 por ação ordinária e R\$ 6,043850916 por ação preferencial, que foram pagos pelos valores declarados, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95.

Os mencionados dividendos beneficiaram os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 16.12.2021 e foram pagos 29.12.2021.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos em 2021 totalizaram R\$ 4,1 bilhões, sendo o maior volume anual já pago na história da BRADESPAR.

Histórico de Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MERCADO DE CAPITAIS

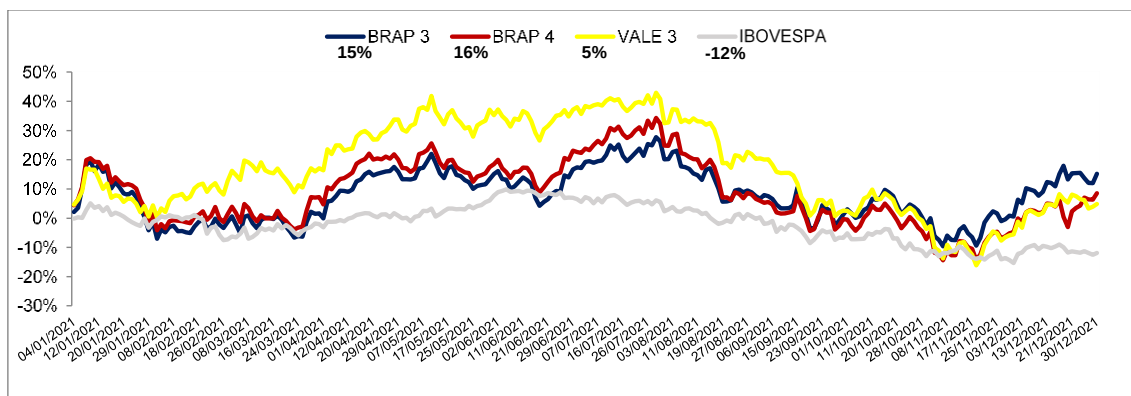
Desde a sua constituição, as ações do capital social da BRADESPAR estão listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN), e seus títulos são negociados no *Latibex* – Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha, em Euros, por meio do Programa de *Depositary Receipts* (GDRs).

Adicionalmente, a BRADESPAR integra dois índices de destaque: o Ibovespa, que inclui as Companhias mais líquidas do mercado brasileiro, e o Índice de Governança Corporativa (IGC), composto pelas Companhias que assumiram compromisso com elevados padrões de governança corporativa, desde 2001, quando aderiu ao Nível I de Governança Corporativa da B3.

Em julho de 2021 a BRADESPAR recebeu o Prêmio Broadcast Empresas na categoria especial *Small Cap*.

Em 2021, as ações da Companhia tiveram valorização de 16% (BRAP4) e 15% (BRAP3), enquanto o IBOVESPA desvalorizou 12% e as ações da sua investida, a VALE, subiram 5%.

Desempenho das Ações na B3 em 2021



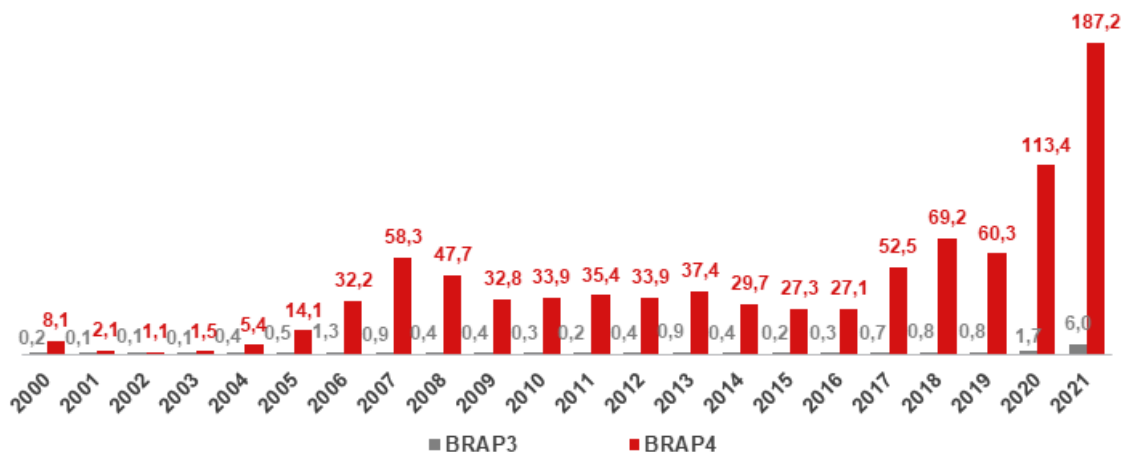
Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.
Fonte: Economatica

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LIQUIDEZ

A média diária do volume de ações preferenciais de emissão da BRADESPAR (BRAP4) negociadas em 2021 foi de R\$ 187,2 milhões, enquanto a média diária de negócios realizados com BRAP4, na B3, foi de 15.222.

Volume Financeiro Médio Diário de Ações Negociadas (R\$ Milhões)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**PRÊMIO /DESCONTO**

Ao final de 2021, o valor de mercado da participação na VALE, detida pela BRADESPAR, alcançou R\$ 12,7 bilhões. O valor de mercado da BRADESPAR, em relação ao da VALE, apresentou desconto de 27,9%, ou seja, o valor de mercado da BRADESPAR equivale a 72,1% do valor líquido de seus ativos.

Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR X Valor de Mercado da BRADESPAR
(preços de fechamento em 30/12/2021)

Valor Líquido dos Ativos da Bradespar X Valor de Mercado da Bradespar (preços de fechamento em 30/12/2021)						
Companhias	Participação da Bradespar					
	Cotação (R\$/ação)	Qtde de Ações	% do Capital Total ⁽³⁾	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)	Valor de Mercado (EURO mil)
VALE ON	77,96	163.252.389	3,34%	12.727.156	2.282.366	2.014.267
Valor Total dos Ativos da Bradespar (A)				12.727.156	2.282.366	2.014.267
Caixa Líquido da Bradespar (B) ⁽¹⁾				291.441	52.264	46.125
Valor Líquido dos Ativos da Bradespar (C) = (A) + (B)				13.018.597	2.334.630	2.060.392
Valor de Mercado da Bradespar (D)				9.380.537	1.682.215	1.484.614
Ações Ordinárias(BRAP3)	21,78	137.989.898		3.005.420	538.963	475.654
Ações Preferenciais(BRAP4)	24,99	255.106.712		6.375.117	1.143.252	1.008.960
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado Bradespar (C) - (D)				3.638.060	652.415	575.778
DESCONTO ⁽²⁾				27,9%		

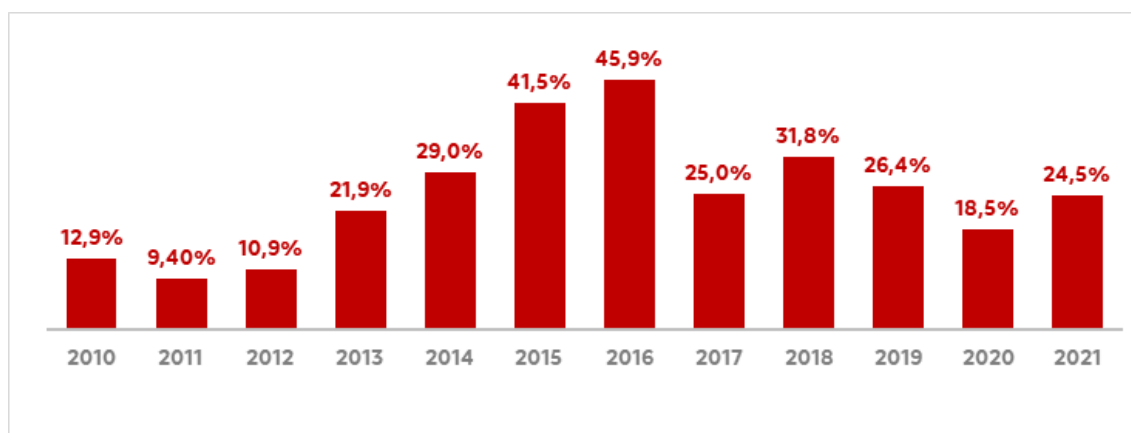
(1) Caixa Líquido em 30/12/2021.

(2) ((Valor de mercado da BRADESPAR) / (Valor dos Ativos + Caixa Líquido)) – 1

(3) Não considera ações em tesouraria.

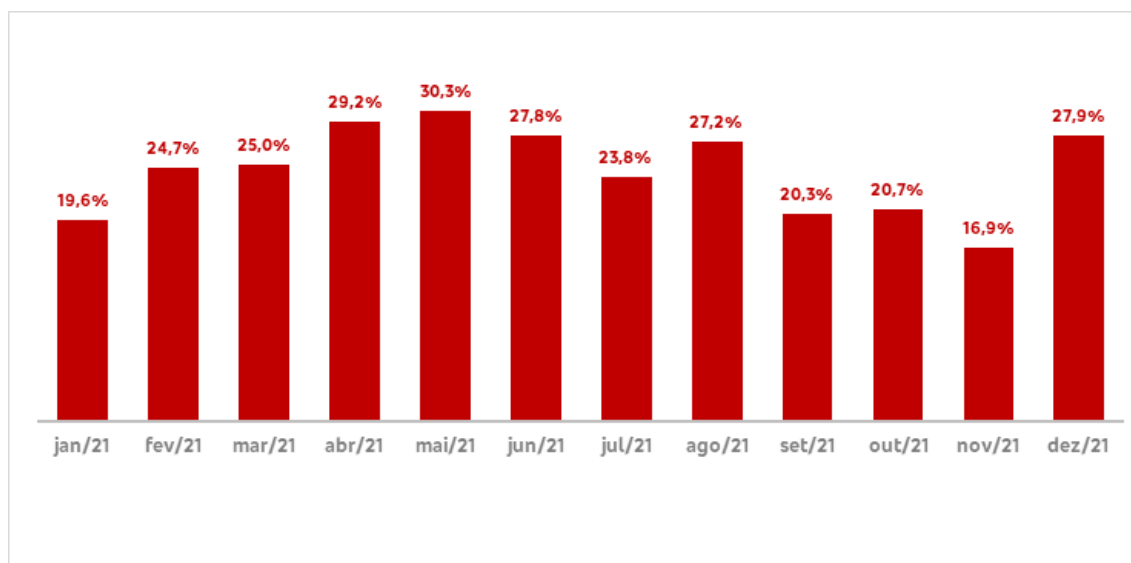
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Histórico do Desconto entre o Valor Líquido dos Ativos e o Valor Líquido da Bradespar



Obs.: Média entre os descontos ao final de cada mês.

Histórico do Desconto ao longo de 2021



Obs.: Desconto no último dia útil de cada mês.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIOS SOBRE A EMPRESA INVESTIDA**

Entre as maiores e mais valorizadas empresas da América Latina, a VALE está presente em cerca de 25 países, distribuídos pelos 5 continentes, e atua nos negócios de mineração (produção e comercialização), operações logísticas, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, além de geração de energia.

Em 2021, a BRADESPAR continuou com foco no acompanhamento das atividades e nas definições estratégicas da VALE por meio de representação no Conselho de Administração e nos diversos Comitês de Assessoramento e, nesse âmbito, tem prestado sua contribuição para o contínuo aperfeiçoamento da Governança da Companhia, visando os melhores padrões de segurança e sustentabilidade, rentabilidade e eficiência operacional.

No ano que se encerrou, a VALE registrou EBITDA ajustado de R\$ 168,1 bilhões, 82,2% acima de 2020, devido, principalmente, a maiores preços realizados de minerais ferrosos e cobre. O lucro líquido foi de R\$ 121,2 bilhões, aumento de 354% em relação ao ano anterior.

Destaca-se que, após a conclusão do programa de recompra de 270 milhões de ações de emissão da própria Companhia ao longo de 2021 (US\$ 5,3 bilhões), foi aprovado pelo Conselho de Administração da VALE novo programa de recompra de até 200 milhões de ações e seus respectivos ADRs, ainda em execução, representando até 4,1% do número total de ações em circulação. Regido pela disciplina na alocação de capital, o programa é executado em um período de até 18 meses, demonstrando a confiança na gestão da empresa e no potencial de criar e distribuir valor de forma consistente. A Alta Administração da VALE considera o programa de recompra um dos melhores investimentos disponíveis para a empresa.

Por fim, em 2021, a remuneração aos acionistas atingiu recorde US\$ 23,0 bilhões, além de US\$ 3,5 bilhões aprovados em fevereiro de 2022, cujo pagamento foi realizado em março do ano corrente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES****Auditoria independente - Instrução CVM nº 381**

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a BRADESPAR informa que, no 3º trimestre de 2021, foi contratado junto aos auditores externos o seguinte serviço diferente de auditoria externa, com prazo de até um ano:

Relacionados à auditoria: 9 de setembro - Trabalho de procedimentos previamente acordados relacionados à eventos societários – R\$ 35 mil (8,3% dos honorários de auditoria externa).

Justificativa dos Auditores Independentes

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descrito, não afeta a independência nem a objetividade na condução do exame de auditoria externa efetuados à BRADESPAR. A política de atuação com a BRADESPAR na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo - SP, Brasil.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho da Administração em 28 de março de 2022.

As participações societárias diretas são:

a) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

b) VALE S.A. (VALE)

VALE S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (VALE3), Nova York – NYSE (VALE) e Madri – LATIBEX (XVALO).

A VALE S.A. em conjunto com suas controladas são produtores globais de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos, também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto (Nota 18).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui a controlada MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, correlata à norma internacional IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos – CPCs, interpretações - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BRADESPAR evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

Notas Explicativas

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avalia os eventos subsequentes até a data da aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de sua controlada. O investimento, com influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e está apresentado na Nota 8.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem a sua controlada MILLENNIUM.

b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio, a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da BRADESPAR.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informado pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

e) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Notas Explicativas

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços observados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

Notas Explicativas

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade a perda por *impairment*, é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2021 e de 2020, não houve perda por *impairment*.

g) Passivos financeiros

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata*” dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria:

- Custo Amortizado que são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado.

h) Investimentos

As participações nos investimentos em controlada e com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 8.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.
Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas,

Notas Explicativas

quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 9.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como, as informações sobre crédito tributário não ativado, estão apresentados na Nota 12.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

l) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Notas Explicativas

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021:

- A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução CVM nº 18/2021, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge*

Notas Explicativas

accounting, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. Não foram identificados impactos na Companhia.

- O Pronunciamento Técnico CPC para Entidades em Liquidação - CPC LIQUIDAÇÃO, aprovado pela Resolução CVM nº 28 de 16 de Abril de 2021, que tem o objetivo de orientar e harmonizar as práticas para as entidades que ingressam em regime de não continuidade normal de atividades, em especial as em processo de liquidação e, mais especificamente, as em processo falimentar. A norma entrou em vigor em 1º de junho de 2021, sendo permitida sua adoção antecipada. Não apresenta impactos na Companhia.
- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 18, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovada pela Resolução CVM 41/2021, apresenta alterações no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (correlacionado ao IFRS 16) sobre a prorrogação do prazo de aplicação do expediente prático de Benefícios Relacionados à Covid-19 concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento para pagamentos devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. A alteração é válida para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de abril de 2021. Não apresenta impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 19, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovada pela Resolução CVM 58/21, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) em decorrência de modificações aprovadas pelo IASB no documento do ciclo de melhorias 2018- 2020 (*Annual Improvements 2018-2020*) e nas normas IAS 16 (CPC 27), IFRS 3 (CPC 15 R1) e IAS 37 (CPC 25). A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após esta data. Não foram identificados impactos na Companhia.
- CPC 50 – Contratos de Seguros (correlacionado ao IFRS 17), aprovado pela Resolução CVM nº 42/2021. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. A norma entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

6. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Notas Explicativas

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, decorre, basicamente, caixa e equivalentes de caixa e de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como “caixa e equivalentes de caixa”, uma vez que mantemos valores não significativos nessas aplicações, pois há distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ao longo do ano.

• Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento e sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALE, o principal investimento mantido pela Companhia, o qual nos proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia faz a avaliação de risco relacionados a mercado para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros. Atualmente não temos risco de mercado a ser reportado.

Risco operacional

A gestão de risco operacional que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidades em moeda nacional	8.114	17	10.377	2.138
Fundos de investimento financeiro ⁽¹⁾	284.332	60.425	284.332	60.425
TOTAL	292.446	60.442	294.709	62.563

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados aos integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

Notas Explicativas**8. INVESTIMENTOS**

- a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial da controladora são demonstrados a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Em 31 de dezembro			
						Total dos Investimentos		Ajustes Decorrente de Avaliação ⁽¹⁾	
						2021	2020	2021	2020
MILLENNIUM	11.919	2.263	142	-	100,00	2.263	2.121	142	470
VALE ^{(2) (3) (4) (5)}	77.300.000	221.593.260	121.227.595	163.252	3,18	7.048.401	10.691.742	8.080.515	1.506.379
Total						7.050.664	10.693.863	8.080.657	1.506.849

- (1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os impactos referentes a redução de capital da Bradespar realizada em 17 de dezembro de 2021, descrita na Nota 10 item a;
- (2) As informações referentes a 31 de dezembro de 2021, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da Bradespar;
- (3) Em 17 de dezembro de 2021, a Bradespar alterou seu percentual de participação na VALE, em razão da redução de capital com a entrega das ações da VALE aos acionistas da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 15 de outubro de 2021, descrita na Nota 10 item a;
- (4) Avaliado pelo método de equivalência patrimonial do investimento na VALE S.A. Após o encerramento do acordo de acionistas da VALE S.A., a administração avaliou à luz do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que define influência significativa como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto com outros acionistas, portanto a Bradespar mantém influência significativa na empresa investida, tendo em vista a presença de representantes e indicações no Conselho de Administração e em Comitês de assessoramento do Conselho de Administração; e
- (5) Para maiores informações sobre investimento direto na VALE, ver a Nota 18.

- b) Composição do investimento Consolidado avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

Empresa	Total dos Investimentos ⁽²⁾		Em 31 de dezembro	
			Valor de Mercado ⁽³⁾	
	2021	2020	2021	2020
VALE	5.303.477	6.435.556	12.727.126	25.702.167
VALE – ajuste reflexo ⁽¹⁾	1.744.924	4.256.186	-	-
Total	7.048.401	10.691.742	12.727.126	25.702.167

- (1) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, refere-se, basicamente, as diferenças de câmbio na conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional das operações realizadas pela VALE;
- (2) Contempla os efeitos da redução de Capital da Bradespar realizada em 17 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 5.260.000, sendo R\$ 3.397.379 no investimento - VALE e R\$ 1.862.621 no VALE - ajuste reflexo, descrita na Nota 10 item a; e
- (3) Valor de mercado da participação na VALE, já ajustado pela redução de Capital da Bradespar com entrega de ações da VALE aos acionistas de Bradespar, em 17 de dezembro de 2021.

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS**a) Ativos contingentes**

Não foram reconhecidos, contabilmente, ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R\$ 12.421 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 12.269): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (“PIS”) – R\$ 2.691 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 2.658): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos Termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

Notas Explicativas

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I) Provisões fiscais

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO) em maio de 2006, era responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPLAN (31 de dezembro de 2020 – R\$ 7.022).

Neste exercício, com o encerramento do processo de forma desfavorável, procedemos a realização da provisão com a baixa do respectivo depósito, uma vez que o mesmo encontra-se em procedimentos de conversão em renda à União Federal (31 de dezembro de 2020 – R\$ 7.717).

II) Movimentação das provisões fiscais:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	7.022	6.901
Atualização monetária	806	121
Baixa	(7.828)	-
Saldo no final do exercício	-	7.022

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso: remoto, possível ou provável.

O processo classificado como possível:

- I) A Bradespar é parte em uma ação judicial promovida pela Litel Participações S.A. (“Litel”), que tramitou, em primeira instância, sob o nº 0281248-69.2018.8.19.0001, perante o Juízo da 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Nessa ação a Litel busca a condenação da Bradespar no pagamento do valor de R\$ 1,4 bilhão a título de reembolso da quantia que pagou à Elétron S.A., no

Notas Explicativas

encerramento de ação movida contra a Litel e a Bradespar. A Litel alega suposto descumprimento, por parte da Bradespar, do Contrato de Indenização, celebrado em 05 de janeiro de 2001.

Além de contestar a ação, a Bradespar apresentou reconvenção buscando compelir a Litel a lhe reembolsar o valor de R\$ 705 milhões, com base nos termos do citado Contrato de Indenização. Em sentença proferida em 04 de dezembro de 2019, o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação ajuizada pela Litel e parcialmente procedente a reconvenção em R\$ 470 milhões.

Em 27 de janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ – julgou a Apelação apresentada pela Litel. Nesse julgamento, por unanimidade, a Câmara deu provimento à Apelação, de modo que a decisão de primeiro grau foi reformada para acatar o pleito da Litel. O mesmo julgamento considerou improcedente a reconvenção apresentada pela Bradespar contra a Litel.

A Bradespar apresentou recurso de Embargos de Declaração no TJRJ, os quais foram acolhidos apenas para reduzir a condenação a título de honorários de sucumbência, fixando-a em 2% sobre o valor da condenação. Contra a decisão do TJRJ foram interpostos recursos especiais por ambas as partes ao Superior Tribunal de Justiça.

O recurso especial da Bradespar objetiva a reversão total da decisão do TJRJ, e o recurso especial da Litel questiona a redução dos honorários de sucumbência.

Ambos os recursos foram admitidos pela 3ª Vice Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, onde foram distribuídos à 4ª Turma, à relatoria do Ministro Antonio Carlos Ferreira.

A Administração e os advogados que patrocinam a demanda mantêm como possível a probabilidade de perda da Bradespar.

- d) A Companhia não possui contingências trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Ordinárias	137.989.898	122.171.449
Preferenciais	255.106.712	225.862.596
Total	393.096.610	348.034.045

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 14 de setembro de 2021, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.660.125, elevando-o de R\$ 4.100.000 para R\$ 5.760.125, com bonificação de ações, mediante a capitalização do saldo da conta “Reservas de Lucros – Reserva Legal” e do saldo da conta “Reservas de Lucros – Reserva Estatutária”, com a emissão de 45.062.565 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 15.818.449 ordinárias e 29.244.116 preferenciais.

Notas Explicativas

Em 15 de outubro de 2021, a Bradespar comunicou ao mercado que foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do Capital Social, no montante de R\$ 5.260.000, sem cancelamento de ações, mediante a entrega aos acionistas da Companhia de ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale, pelo respectivo valor contábil, que foi apurado após a divulgação das demonstrações contábeis da Vale e Bradespar, na data-base de 30.9.2021, a fim de ajustar o valor do Capital Social da Companhia.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Reserva Legal ⁽ⁱ⁾	403.962	300.963
Reserva Estatutária ⁽ⁱⁱ⁾	4.853.799	2.597.662
Total	5.257.761	2.898.625

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei no 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

Em 25 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 915.000 utilizando parte do saldo da conta “Reservas de Lucros – Estatutária”, sendo 2,468833979 por ação ordinária e 2,715717377 por ação preferencial, não havendo retenção de imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, e juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 245.000 a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2021 previsto no Estatuto Social, sendo 0,661053907 por ação ordinária e 0,727159298 por ação preferencial, sendo os valores líquidos de 0,561895821 por ação ordinária e 0,618085403 por ação preferencial, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados de tributação, que foram pagos em 12 de maio de 2021.

Em 12 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 600.000, sendo R\$ 323.500 utilizando parte do saldo da conta “Reservas de Lucros – Estatutária” e R\$ 276.500 a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2021 previsto no Estatuto Social, sendo 1,618907527 por ação ordinária e 1,780798280 por ação preferencial, não havendo retenção de imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, que foram pagos em 26 de julho de 2021.

Notas Explicativas

Em 08 de novembro de 2021, a BRADESPAR comunicou ao mercado, em consonância com o Fato Relevante divulgado em 29 de outubro de 2021, que o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.300.000 a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2021 previsto no Estatuto Social, sendo 5,494409924 por ação ordinária e 6,043850916 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, que foram pagos em 29 de dezembro de 2021.

Foram pagos e provisionados juros sobre capital próprio/dividendos, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto)		Valor bruto	IRRF (15%)	Valor Líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre capital próprio pagos	0,782471	0,860719	290.000	43.500	246.500
Dividendos pagos	1,038798	1,142678	385.000	-	385.000
Total em 31 de dezembro de 2020	1,821269	2,003397	675.000	43.500	631.500
Juros sobre capital próprio pagos	0,661053	0,727159	245.000	36.750	208.250
Dividendos pagos	9,582151	10,540366	3.815.000	-	3.815.000
Total em 31 de dezembro de 2021	10,243204	11,267525	4.060.000	36.750	4.023.250

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir:

	R\$ Mil	% ⁽¹⁾
Lucro líquido do exercício	8.079.261	
(-) Reserva legal	(403.962)	
Base de cálculo ajustada	7.675.299	
Juros sobre o capital próprio pagos	245.000	
(-) Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(36.750)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	208.250	
Dividendos pagos ⁽²⁾	2.576.500	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2021	2.784.750	36,3
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2020	631.500	45,3

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos aplicado sobre a base de cálculo ajustada; e

(2) Não contempla os dividendos pagos com reservas de lucros no montante de R\$ 1.238.500.

Notas Explicativas

11. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	54.560	6.623	54.561	6.629
Juros sobre impostos a recuperar	5.938	4.835	5.938	4.835
Outras	2.246	882	2.403	1.360
	62.744	12.340	62.902	12.824
Despesas Financeiras				
Despesas com juros de debêntures	-	(6.156)	-	(6.156)
Outras	(915)	(213)	(915)	(213)
	(915)	(6.369)	(915)	(6.369)
Resultado Financeiro Líquido	61.829	5.971	61.987	6.455

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos a Compensar e a Recuperar

Os impostos a compensar e a recuperar, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 209.689 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 182.201), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social do exercício atual e exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	8.079.261	1.467.052	8.079.261	1.467.052
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(2.746.948)	(498.798)	(2.746.948)	(498.798)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controlada e investimento com influência significativa	2.747.423	512.329	2.747.375	512.169
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	9	(1.667)	57	(1.507)
Juros sobre o capital próprio recebidos	(83.514)	(99.663)	(83.514)	(99.663)
Juros sobre o capital próprio pagos	83.300	98.600	83.300	98.600
Outros ⁽¹⁾	(270)	(10.801)	(270)	(10.801)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-	-	-

(1) inclui, substancialmente, realização de crédito tributário não ativado.

Notas Explicativas

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2021, na Controladora e no Consolidado, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R\$ 331.037 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 332.351).

13. PARTES RELACIONADAS

- I) Em 31 de dezembro de 2021, na Controladora e Consolidado, as transações com partes relacionadas referem-se ao recebimento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 208.785 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 602.496, sendo parte dos juros sobre capital próprio, no montante R\$ 353.338 deliberados em 19 de dezembro de 2019) e dividendos recebidos no montante de R\$ 4.059.688, sendo parte dos dividendos, no montante R\$ 352.724 deliberados em 31 de dezembro de 2020 (31 de Dezembro de 2020 – R\$ 414.458), proveniente do nosso investimento na VALE.

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.

Para 2021, foi determinado o valor máximo de R\$ 9.480 para remuneração dos Administradores, sendo que parte deste, refere-se à contribuição previdenciária para o INSS, que constitui ônus da Companhia e R\$ 5.100 para custear planos de previdência privada.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Remuneração e Contribuição previdenciária para o INSS	9.318	6.163
Total	9.318	6.163

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Planos de previdência complementar de contribuição definida	4.705	4.597
Total	4.705	4.597

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

Notas Explicativas

III) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
• Ações ordinárias	0,1139%	0,2741%
• Ações preferenciais	0,3240%	0,4766%
• Total de Ações	0,2502%	0,4055%

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) A classificação dos instrumentos financeiros é demonstrada a seguir:

- I) Ativos Financeiros na Controladora, referem-se à Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante de R\$ 292.446 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 60.442) e no Consolidado no montante de R\$ 294.709 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 62.563); e
- II) Passivos Financeiros – Custo Amortizado na Controladora e Consolidado, referem-se à Outras Obrigações no montante de R\$ 25.358 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 25.366) Nota 16c.

b) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		Em 31 de dezembro de 2021			Em 31 de dezembro de 2020		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(2)	(470)	(926)	(1)	(26)	(51)
Total sem Correlação		(2)	(470)	(926)	(1)	(26)	(51)
Total com Correlação		(2)	(470)	(926)	(1)	(26)	(51)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi aplicado um cenário de 11,81% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi utilizado um cenário de 14,74% a.a.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi utilizado um cenário de 17,69% a.a.

Notas Explicativas**15. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO**

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos caixa e equivalentes de caixa e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis considerando que aproxima-se, significativamente, de seus valores de curva, sem risco significativo de mercado, de crédito e de liquidez. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

A Companhia não possui ativos e passivos mensurados a valor justo com base nos níveis 1, 2 e 3.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020;
- b) Intangível na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 969 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 819), referem-se ao contrato de aluguel de imóveis;
- c) Outras Obrigações, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 31.641 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 28.990) referem-se, basicamente, às frações de ações do grupamento, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na B3, em julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas;
- d) Despesas Gerais e Administrativas na Controladora e Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 15.048 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 11.661) e Outras Despesas Gerais e Administrativas na Controladora, no montante de R\$ 12.203 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 6.358) e no Consolidado no montante de R\$ 12.219 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 6.372); e
- e) A Bradespar é uma Holding e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em investimento no qual tem influência significativa, investimento esse que não teve impactos significativos em suas operações até o momento, decorrentes da pandemia de COVID-19. Contudo, caso a pandemia se prolongue ou aumente a intensidade nas regiões onde a investida opera, podem ocorrer efeitos futuros, os quais poderão impactar as condições financeiras ou resultados das operações da investida em períodos subsequentes, sem entretanto ser possível atualmente prever os possíveis impactos. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2022, A Vale comunicou ao mercado, que o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de 3,719256588 por ação, e foram pagos em 16 de março de 2022.

Notas Explicativas

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O INVESTIMENTO COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

- I) Apresentamos, a seguir, o sumário do Balanço Patrimonial Consolidado e Resultado Consolidado divulgado pela empresa VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ Milhões	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
ATIVO		
Circulante	119.332	126.805
Não Circulante:		
Realizável a Longo Prazo	85.743	78.623
Investimentos	9.771	10.557
Imobilizado	233.995	213.836
Intangível	50.287	48.309
TOTAL	499.128	478.130
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	82.836	75.838
Não Circulante	219.234	221.306
Patrimônio Líquido	197.058	180.986
TOTAL	499.128	478.130
Participação Direta	3,18%	5,56%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ Milhões	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Receita de vendas, líquida	293.524	206.098
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(117.267)	(90.948)
Lucro Bruto	176.257	115.150
Despesas operacionais	(27.975)	(47.383)
Resultado Financeiro	17.812	(24.152)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.947)	(5.210)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	159.147	38.405
Tributos sobre o lucro	(25.320)	(4.627)
Lucro líquido (Prejuízo) das operações continuadas	133.827	33.778
Operações Descontinuadas	(12.484)	(8.875)
Lucro líquido	121.343	24.903
Atribuído aos acionistas não controladores	115	(1.810)
Lucro líquido atribuído aos acionistas da VALE	121.228	26.713

II) Outras Informações

a) Rompimento da barragem de Brumadinho

Em 25 de janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos (“Barragem I”) rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando impacto no meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho (“evento”) resultou em 270 fatalidades ou fatalidades presumidas, incluindo 6 vítimas ainda desaparecidas, e causou extensos danos materiais e ambientais na região.

Notas Explicativas

Como consequência do rompimento da barragem, a Vale vem reconhecendo provisões para atender aos compromissos assumidos, indenizações individuais aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas impactadas e compensação à sociedade.

Acordo Global para Brumadinho

Em 4 de fevereiro de 2021, a Vale assinou um Acordo Judicial para Reparação Integral ("Acordo Global"), que estava sendo negociado desde 2019, com o Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Minas Gerais, para a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais decorrentes do rompimento da Barragem I. O Acordo Global foi homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em 4 de fevereiro de 2021 e a certidão de trânsito em julgado foi lavrada em 7 de abril de 2021.

Com o Acordo Global, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos coletivos e difusos contidos nas ações civis públicas movidas contra a Vale foram substancialmente resolvidos e os parâmetros para o cumprimento da reparação e compensação desses danos foram definidos.

As provisões são descontadas ao valor presente utilizando uma taxa observável que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos deste passivo na data de reporte da Vale. Neste ano, as provisões foram atualizadas principalmente pelo IPCA, conforme previsto nos termos do Acordo Global, resultando em um impacto de R\$1.798 milhões, reconhecido no resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(i) Obrigações de pagamento

As obrigações de pagamentos correspondem aos projetos de reparação socioeconômica e compensação socioambiental que serão executados e/ou geridos diretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça, principalmente voltados para a mobilidade urbana e fortalecimento do serviço público e projetos de iniciativa dos atingidos, além do programa de transferência de renda para os atingidos, que será implementado pelas Instituições de Justiça. Em outubro de 2021, a Vale pagou uma parcela única do programa de transferência de renda no montante de R\$4.383 milhões. O valor remanescente de R\$7.964 milhões representa o valor presente dos pagamentos fixos semestrais referentes ao restante das obrigações de pagamento, que serão realizados por um período médio de 5 anos.

(ii) Provisão para reparação socioeconômica e outros

O Acordo Global prevê projetos de reparação que serão realizados em Brumadinho e nos demais municípios atingidos da Bacia do Paraopeba. As ações para reparação socioeconômica também visarão o reforço às atividades produtivas da região afetada, através de medidas para maior diversificação econômica do município de Brumadinho, diminuindo a sua histórica dependência da mineração, e, para o restante da Bacia, criando ferramentas que suportem uma transformação da economia dos municípios impactados. Esses projetos serão executados diretamente pela Vale por um prazo médio de 5 anos.

As variações nos valores estimados para execução dos projetos, embora definidos no acordo, são de responsabilidade da Vale e alterações em relação aos orçamentos originais podem mudar o saldo da provisão no futuro.

Notas Explicativas

(iii) Provisão para reparação e compensação socioambiental

O Acordo Global estabelece o regramento para o desenvolvimento do plano de reparação ambiental e projetos para a compensação dos danos ambientais já conhecidos. Tais medidas têm como objetivo remediar os danos causados, restituir os ecossistemas à situação anterior ao rompimento, restaurar a infraestrutura local, reparar perdas sociais e econômicas, recuperar áreas atingidas e reparar a perda da memória e do patrimônio cultural causados pelo rompimento da barragem. Também incluem diversas ações de limpeza das áreas afetadas e melhorias no sistema de captação de água ao longo do rio Paraopeba e de outros pontos de coleta de água próximos à área afetada. As medidas de recuperação ambiental e os projetos de compensação serão executados diretamente pela Vale por um prazo médio de 5 anos.

A recuperação ambiental, cujos valores estimados fazem parte do Acordo Global, não possui limite de valor em virtude da obrigação legal da Vale de reparar integralmente os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Portanto, embora a Vale monitore essa provisão, o montante provisionado está sujeito a alterações, dependendo de diversos fatores que não estão totalmente sob o controle da Vale.

Provisão para indenização individual e outros compromissos

A Vale também está trabalhando na segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos residuais da Barragem I, incluindo a dragagem de parte do material liberado e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba. O saldo desta provisão é de R\$1.772 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.387 milhões em 31 de dezembro de 2020).

No âmbito das indenizações individuais, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram, em 5 de abril de 2019, um termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos de indenização, os quais foram definidos com base superiores à jurisprudência dos Tribunais brasileiros, observando preceitos e normas da Organização das Nações Unidas ("ONU"). O saldo desta provisão era de R\$640 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$930 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Contingências e outras questões legais

(i) Ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais por danos resultantes do rompimento da Barragem I

A Vale é parte de ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais e instituições de justiça, reivindicando a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais resultantes do rompimento da barragem e buscando uma ampla gama de medidas liminares ordenando que a Vale tome ações específicas de remediação e reparação.

Em decorrência do Acordo de Reparação Integral, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos coletivos contidos nas ações civis públicas referentes ao rompimento da barragem foram substancialmente resolvidos. As indenizações por danos individuais ficaram excetuadas do Acordo de Reparação Integral, tendo as partes ratificado o termo de compromisso da Defensoria Pública de Minas Gerais. Assim, a Vale está dando continuidade à celebração de acordos individuais.

Notas Explicativas

(ii) Ação Civil Coletiva Trabalhista

Em 2021, foram ajuizadas na Justiça do Trabalho de Betim no estado de Minas Gerais, ações civis públicas por sindicato de trabalhadores pleiteando o pagamento de indenização por dano de morte aos empregados próprios e terceirizados, falecidos em decorrência do rompimento da Barragem I. Foi proferida decisão inicial condenando a Vale ao pagamento de R\$1 milhão por vítima fatal. A Vale está se defendendo das referidas ações e entende que o prognóstico de perda é considerado possível.

(iii) Ação coletiva nos Estados Unidos da América

A Vale está se defendendo de uma potencial ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários - *American Depositary Receipts* ("ADRs") - de emissão da Vale. O Autor alega que a Vale teria feito declarações falsas e enganosas ou deixado de fazer divulgações relativas aos riscos de um rompimento da barragem I da mina do Córrego do Feijão e sobre a adequação de seus programas e procedimentos. Após decisão proferida pela Corte em maio de 2020, rejeitando, em parte, a defesa preliminar apresentada pela Vale, foi iniciada a fase de produção de provas ("Discovery"), que está prevista para encerramento em 2022.

Em 24 de novembro de 2021, uma nova Reclamação (*Complaint*) foi distribuída perante a mesma Corte do Distrito Leste de Nova York por oito fundos de investimentos que optaram em requerer reparação por supostos prejuízos de forma autônoma e separadamente dos membros de classe da ação principal, com as mesmas alegações apresentadas na ação coletiva principal.

Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale e dado o estágio muito preliminar, a expectativa de perda destes processos é classificada como possível. No entanto, considerando a fase inicial da potencial ação coletiva, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda. O Autor não especificou valores dos prejuízos alegados nessa demanda.

(iv) Arbitragens propostas por minoritários e associação de classe

No Brasil, a Vale está se defendendo em (i) uma arbitragem movida por 385 acionistas minoritários, (ii) duas arbitragens movidas por uma associação de classe que pretende representar todos os acionistas minoritários da Vale, e (iii) três arbitragens movidas por fundos estrangeiros.

Nas seis arbitragens, os Requerentes alegam que a Vale estava ciente dos riscos relacionados à segurança da barragem e falhou no dever de divulgar tais riscos aos acionistas, o que lhe seria exigido pelas leis brasileiras aplicáveis e pelas regras da Comissão de Valores Mobiliários. Com base nesse argumento, eles pleiteiam compensação pelos danos decorrentes da desvalorização das ações detidas pelos Requerentes.

Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale a expectativa de perda é classificada como possível para os seis procedimentos e, considerando a fase inicial, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda.

Em um dos procedimentos movidos por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$1.800 milhões. Em outro procedimento recentemente apresentado por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$3.900 milhões. A Vale contesta os procedimentos em curso e entende que, para esse caso e na atual fase do procedimento, é remota a probabilidade de perda nos valores alegados pelos fundos estrangeiros.

Notas Explicativas

(v) Investigações conduzidas pela CVM e Securities and Exchange Commission (“SEC”)

A Vale foi notificada de que o *staff* da SEC tomou uma decisão preliminar de recomendar que a SEC inicie procedimentos legais contra a Vale, alegando violações à legislação do mercado de capitais dos EUA relacionadas às divulgações e declarações feitas pela Vale sobre gestão de segurança de barragens e sobre a barragem de Brumadinho. Caso a SEC autorize o início desses procedimentos legais contra a Vale, a SEC poderá buscar uma liminar para evitar futuras violações à legislação do mercado de capitais dos EUA, a imposição de multas, restituição monetária e outras compensações cabíveis em uma demanda no âmbito de uma corte federal nos EUA. A CVM também está realizando uma investigação relacionada à divulgação de informações a acionistas, investidores e ao mercado, especialmente com relação às condições e gestão das barragens da Vale. Neste momento não é possível determinar um montante ou estimativa de eventuais perdas para a Vale.

(vi) Processo Penal e Investigações

Em janeiro de 2020, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (“MPMG”) denunciou 16 pessoas (incluindo ex-diretores da Vale e ex-empregados) pela prática de supostos crimes, incluindo homicídio, e contra a Vale S.A. por supostos crimes ambientais. A Vale está se defendendo das alegações criminais, e ainda não é possível estimar quando uma decisão sobre esse processo criminal será emitida.

Seguros

A Vale está negociando com as seguradoras o pagamento de indenizações com base nas suas apólices de responsabilidade civil geral e responsabilidade Civil de Diretores e Conselheiros. No entanto, essas negociações ainda estão em andamento e, portanto, qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura dos seguros, com base nessas apólices e na avaliação do montante da perda. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização referente a essas apólices, foi reconhecida em suas demonstrações financeiras. A regulação do sinistro de Brumadinho na apólice de risco operacional foi concluída e a Vale recebeu uma indenização no valor de R\$108 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Contingências relacionadas ao acidente da Samarco

Os processos incluem ações civis públicas movidas por autoridades brasileiras e vários processos envolvendo reivindicações por quantias significativas de danos e medidas de reparação. O TTAC e o TacGov representam a criação de um modelo para solução das ações civis públicas movida pelo MP, bem como outros processos relacionados à reparação. Existem, ainda, ações coletivas de valores mobiliários nos Estados Unidos contra a Vale e alguns de seus atuais e ex-executivos, bem como um processo criminal no Brasil. As principais atualizações com relação aos processos judiciais no exercício foram:

(i) Ação Civil Pública movida pela União e outros e ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (“MPF”)

O TacGov estabeleceu uma eventual repactuação dos programas de reparação da Fundação Renova após a conclusão dos trabalhos dos especialistas contratados para assessorar o MPF nesse processo. Em outubro de 2020, o MPF requereu a retomada da sua ação civil pública de R\$155 bilhões, por conta de impasse na contratação das assessorias técnicas. As negociações para repactuação tiveram início em abril de 2021, tendo sido finalizada e assinada, em junho de 2021, uma carta de princípios pelas empresas Vale, BHP e Samarco, bem como por representantes do Poder Público e de várias Instituições

Notas Explicativas

de Justiça. Dependendo da conclusão dos especialistas contratados e da decisão judicial a este respeito, a Vale poderá reconhecer provisões adicionais para o cumprimento dos programas determinados no TTAC.

(ii) Ação coletiva nos Estados Unidos da América

Em março de 2017, os detentores de títulos emitidos pela Samarco Mineração S.A. entraram com uma potencial ação coletiva no Tribunal Federal de Nova York contra a Samarco, Vale, BHP Billiton Limited, BHP Billiton PLC e BHP Brasil Ltda. com base na legislação Federal Norte Americana sobre valores mobiliários ("U.S. Federal Securities laws"), que foi julgada improcedente em junho de 2021. Assim, o caso está encerrado e será arquivado.

(iii) Denúncia criminal

Em setembro de 2019, o juiz rejeitou todas as acusações criminais contra os representantes da Vale relacionadas ao primeiro grupo de acusações, que diz respeito aos resultados advindos da ruptura da Barragem de Fundão, remanescendo apenas a pessoa jurídica no polo passivo. Também permaneceu inalterada a denúncia em relação ao segundo grupo de acusações em que se imputa a prática de supostos crimes contra a Administração Pública Ambiental pela Vale e um de seus executivos. A Vale está se defendendo e até o momento, não é possível estimar quando uma decisão final sobre o caso será proferida.

Seguros

Desde o rompimento da barragem de Fundão, a Vale vem negociando o pagamento de indenizações com as seguradoras, com base nas suas apólices de responsabilidade civil. Em 2021, a Vale recebeu pagamentos no montante de R\$181 milhões (2020: R\$86 milhões). A Vale reconheceu esses ganhos no resultado como "Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures".

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações na CVM. Desta forma, é possível consultar maiores detalhes de suas informações, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, no site www.cvm.gov.br.

Notas Explicativas**ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO****Conselho de Administração****Presidente**

Luiz Carlos Trabuço Cappi

Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Membros

Denise Aguiar Alvarez

Milton Matsumoto

Alexandre da Silva Glüher

Maurício Machado de Minas

Fernando Jorge Buso Gomes

José Luiz Osório de Almeida Filho

Conselho Fiscal**Efetivos**

Ariovaldo Pereira

João Carlos de Oliveira

Joaquim Caxias Romão

Ricardo Reisen de Pinho

Wilfredo João Vicente Gomes

Suplentes

Clayton Neves Xavier

João Batista de Moraes

Fabio Guimarães Vianna

Raphael Manhães Martins

Diretoria**Diretor-Presidente**

Fernando Jorge Buso Gomes

Diretor

Marcelo Santos Dall'Occo

Cid de Oliveira Guimarães

Contador - CRC 1SP218369/O-0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE - ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: BRADESPAR S.A.					Posição em 30/12/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	50.694.589	36,7379	340.435	0,1334	51.035.024	12,9828
NCF Participações S.A.	34.322.985	24,8735	2.525.090	0,9898	36.848.075	9,3738
Fundação Bradesco	20.533.114	14,8802	-	-	20.533.114	5,2234
BlackRock, Inc. (Fundos)	-	-	25.488.671	9,9914	25.488.671	6,4841
Fundo de Investimento Geração Futuro LPAR	-	-	13.069.600	5,1232	13.069.600	3,3248
BTG Pactual	77.000	0,0558	15.910.250	6,2367	15.987.250	4,0670
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Demais Acionistas	32.362.210	23,4526	197.772.666	77,5255	230.134.876	58,5441
Total	137.989.898	100,00	255.106.712	100,00	393.096.610	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: CIDADE DE DEUS CIA. COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES					Posição em 30/12/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nova Cidade de Deus Particip. S.A	3.758.724.093	47,9309			3.758.724.093	47,9309
Fundação Bradesco	2.779.096.922	35,4388			2.779.096.922	35,4388
Maria Ângela Aguiar	411.197.692	5,2436			411.197.692	5,2436
Outros	892.940.817	11,3867			892.940.817	11,3867
Total	7.841.959.524	100,00			7.841.959.524	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 30/12/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	163.332.621	46,3016	373.794.914	100,00	537.127.535	73,9282
BBD Participações S.A.	189.425.112	53,6984	-	-	189.425.112	26,0718
Total	352.757.733	100,00	373.794.914	100,00	726.552.647	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NCF PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 30/12/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	423.598.233	25,1288	1.502.370.308	100,00	1.925.968.541	60,4116
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	1.259.587.222	74,7216	-	-	1.259.587.222	39,5093
Nova Cidade de Deus Particip. S.A.	2.521.897	0,1496	-	-	2.521.897	0,0791
Total	1.685.707.352	100,00	1.502.370.308	100,00	3.188.077.660	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: BBD PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 30/12/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
NCD Participações Ltda	-	-	74.784.306	48,4210	74.784.306	24,1960
Tesouraria	62.681.667	40,5363	23.797.692	15,4084	86.479.359	27,9799
Luiz Carlos Trabuco Cappi	10.838.875	7,0095	310.003	0,2007	11.148.878	3,6072
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	10.315.473	6,6710	375.943	0,2434	10.691.416	3,4591
Milton Matsumoto	9.670.873	6,2542	375.895	0,2434	10.046.768	3,2506
Denise Aguiar Alvarez	7.920.775	5,1224	300.446	0,1945	8.221.221	2,6599
Outros	53.203.114	34,4065	54.501.848	35,2886	107.704.962	34,8473
Total	154.630.777	100,00	154.446.133	100,00	309.076.910	100,00

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						Posição
em 30/12/2021						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	107.442.571	77,8626	2.865.525	1,1233	110.308.096	28,0613
Administradores						
Conselho de Administração	157.185	0,1139	826.434	0,3240	983.619	0,2502
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	30.390.142	22,0235	251.414.753	98,5528	281.804.895	71,6885
Total	137.989.898	100,00	255.106.712	100,00	393.096.610	100,00
Ações em Circulação	30.390.142	22,0235	251.414.753	98,5528	281.804.895	71,6885

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30/12/2020 (12 meses atrás)						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	95.125.912	77,8626	2.537.037	1,1233	97.662.949	28,0613
Administradores						
Conselho de Administração	334.848	0,2741	1.076.406	0,4766	1.411.254	0,4055
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	26.710.689	21,8633	222.249.153	98,4002	248.959.842	71,5332
Total	122.171.449	100,00	225.862.596	100,00	348.034.045	100,00
Ações em Circulação	26.710.689	21,8633	222.249.153	98,4002	248.959.842	71,5332

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Bradespar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradespar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Bradespar S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradespar S.A. e da Bradespar S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Investimento direto na Vale S.A. ("Vale")

Conforme divulgado nas notas 1(b), 3(h), 8 e 18, a Companhia detém participação societária na Vale, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, considerando sua influência significativa.

As demonstrações contábeis da Vale apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para mensuração e registro dos eventos e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis, que podem afetar o resultado da Vale e consequentemente o resultado da Companhia de forma relevante, envolvem as seguintes principais áreas:

- Provisão para descaracterização de barragens:

A provisão para descaracterização de barragens envolve um alto nível de julgamento crítico por parte da administração da Vale, bem como alto grau de complexidade na determinação das soluções e premissas de engenharia, uma vez que as referidas barragens e estruturas possuem características diferentes e encontram-se em diferentes estágios de maturidade dos projetos de engenharia, alguns deles ainda em fase de engenharia conceitual.

- Provisão para contingências tributárias:

A determinação do valor da provisão e dos passivos contingentes depende de julgamentos críticos da administração da Vale quanto ao prazo, prognóstico de perda e valor de liquidação.

Devido às incertezas inerentes a essas estimativas e a relevância que as mesmas têm na apuração dos resultados da Vale e na consequente apuração do resultado de equivalência patrimonial e determinação do saldo de investimento nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, os assuntos acima foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes sobre a apuração da equivalência patrimonial sobre o investimento na Vale.

Adicionalmente, os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação e o envio de instruções aos auditores da Vale com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Assim, analisamos as comunicações e relatórios recebidos dos auditores da Vale e discutimos os procedimentos realizados e os resultados alcançados.

Especificamente em relação às estimativas contábeis críticas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto à avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração da Vale; e
- As divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vale e as correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Consideramos que as divulgações em notas explicativas são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.

Porque é um PAA
Contingências fiscais e cíveis

Conforme divulgado nas notas 3(i) e 9, a Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda, a mensuração e divulgação das contingências envolve julgamento por parte da Administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, devido à relevância e o nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda e a mensuração de cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como confirmamos com os assessores jurídicos externos os dados dos correspondentes processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para contingências fiscais e cíveis, bem como as divulgações efetuadas são razoáveis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Bradespar S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração sobre o desempenho da Sociedade e das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, e à vista do Relatório de Revisão elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre as mencionadas Demonstrações Contábeis, apresentado sem ressalvas, são de opinião de que:

1) as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação societária vigente, foram elaboradas e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, refletindo adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade; e

2) os referidos documentos estão em condições de ser submetidos à apreciação dos acionistas da Companhia na próxima Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, SP, 28 de março de 2022

Membros do Conselho Fiscal

- Ariovaldo Pereira
- João Carlos de Oliveira
- Joaquim Caxias Romão
- Ricardo Reisen de Pinho
- Wilfredo João Vicente Gomes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eu, Fernando Jorge Buso Gomes, declaro que:

1. com base em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as conclusões expressas no Relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância; e
2. revisei o relatório das Demonstrações Contábeis da BRADESPAR relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, e, com base nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, SP, 28 de março de 2022.

Fernando Jorge Buso Gomes
Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor

Eu, Marcelo Santos Dall'Occo, declaro que:

1. com base em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as conclusões expressas no Relatório elaborado pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância; e
2. revisei o relatório das Demonstrações Contábeis da BRADESPAR relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, e, com base nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, SP, 28 de março de 2022.

Marcelo Santos Dall'Occo
Diretor